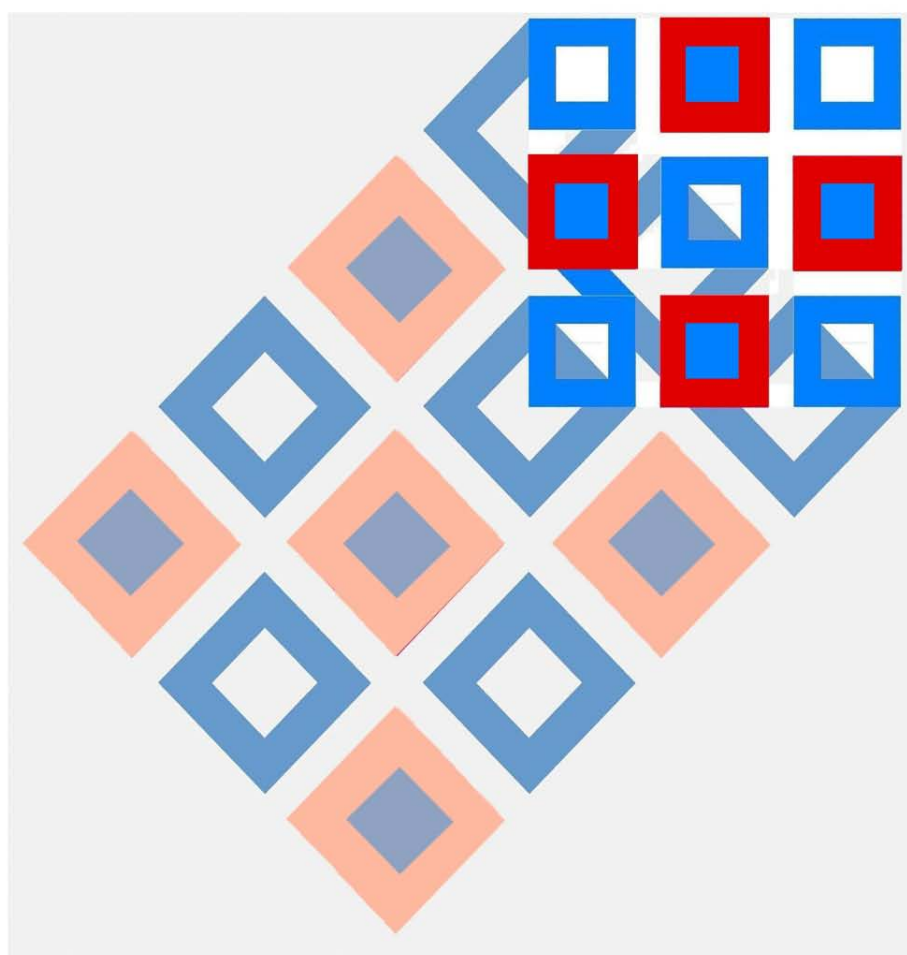


MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

CARTA SOCIAL

*REDE DE SERVIÇOS
E EQUIPAMENTOS*

RELATÓRIO 2009



© Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP),
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS)

Versão não impressa

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2009

Coordenação do GEP / MTSS

E-mail: cartasocial@gep.mtss.gov.pt

Página: www.cartasocial.pt ; www.gep.mtss.gov.pt

Coordenação Editorial e de Distribuição:

Centro de Informação e Documentação GEP – CID

Praça de Londres, 2, 2.º

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 218 441 100

Fax: (+351) 218 406 171

E-mail: gep.cid@gep.mtss.gov.pt

Página: www.cartasocial.pt ; www.gep.mtss.gov.pt

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor por GEP / MTSS

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Rua Castilho, 24, 7.º, 1250-069 Lisboa

Tel.: (+351) 211 155 000

Fax: (+351) 211 155 150

Página: www.gep.mtss.gov.pt

Coordenador do Trabalho: João Gonçalves

Equipa Técnica: Irene Miralto e Carina Metelo

Apoio Informático: Ana Gil

Colaboração: ISS, IP – Instituto da Segurança Social, IP (MTSS)

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (MTSS)

CPL – Casa Pia de Lisboa (MTSS)

ÍNDICE

1. Nota introdutória.....	3
2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos.....	4
2.1 - Entidades Proprietárias.....	4
2.2 – Equipamentos Sociais.....	5
2.3 – Respostas Sociais.....	8
3. Respostas sociais por população-alvo.....	10
3.1 – Crianças e Jovens.....	10
3.2 – Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência.....	15
3.3 – Pessoas Idosas.....	18
3.4 – Família e Comunidade.....	22
3.5 – Pessoas Toxicodependentes.....	24
3.6 – Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias.....	25
3.7 – Outra população-alvo.....	27
4. Despesas de investimento e de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público.....	30
4.1 – Investimentos.....	30
4.2 – Despesas de funcionamento.....	31
4.3 – Despesas com investimento e funcionamento da Rede de Serviços e Equipamentos.....	33
Anexos.....	34
Nomenclaturas e Conceitos.....	35

1. Nota introdutória ¹

A Carta Social tem consistido, desde a sua criação, não só num instrumento de grande importância no apoio ao planeamento e de preparação da tomada de decisão, mas também numa ferramenta de informação ao cidadão no que diz respeito à Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) tutelada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

A actualização da Carta Social de 2009 decorreu, à semelhança dos dois últimos anos, de uma forma mais automatizada, possibilitando que as instituições com endereço electrónico efectuem a actualização da sua informação via *Internet*. Este modelo tem registado valores muito expressivos de adesão, para além de permitir a desburocratização e redução dos procedimentos administrativos. A adesão das instituições ao preenchimento *online* da informação atingiu os 77 % em 2009.

O presente relatório, assente na actualização da informação com referência a 31 de Dezembro de 2009 por recolha electrónica e por recolha administrativa (nas situações em que as instituições não dispuseram de condições para realizar a actualização electronicamente), procura analisar o comportamento evolutivo das principais variáveis que espelham a dinâmica recente da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, não se constituindo como um instrumento de divulgação estatística nem de análise qualitativa.

Ainda com o objectivo de facilitar o acesso à informação, foi desenvolvido o Portal da Carta Social, disponível em www.cartasocial.pt reunindo os principais elementos de caracterização da RSES objecto de actualização anual e permanente, designadamente ao nível das respostas sociais disseminadas pelo território continental, numa tentativa de melhorar a qualidade do serviço prestado ao cidadão.

¹ No desenvolvimento deste Relatório, são utilizados indiscriminadamente os termos “valência” e “resposta social”.

2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos

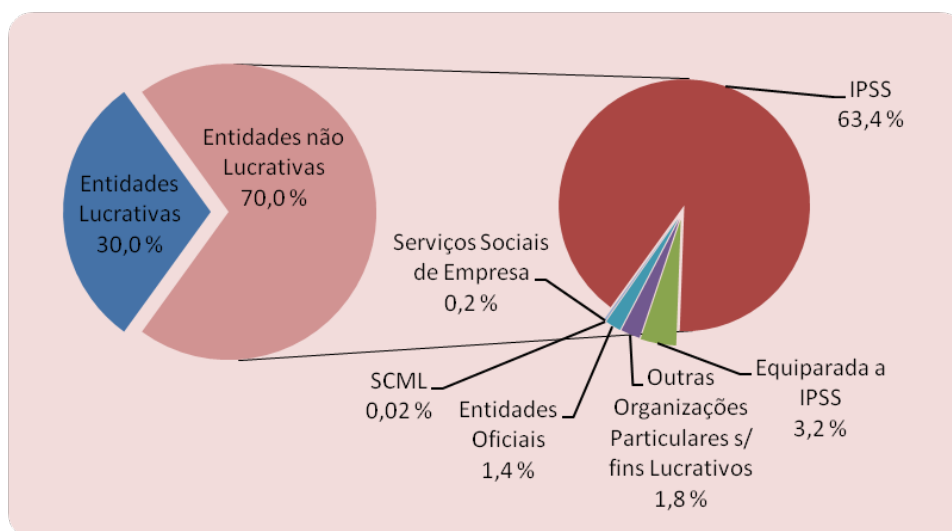
2.1 - Entidades Proprietárias

No contexto da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), considera-se Entidade Proprietária, qualquer entidade, individual ou colectiva, a quem pertence (dono) um ou mais equipamentos (instalações) onde se desenvolvem respostas sociais.

Entidades lucrativas e não lucrativas – situação em 2009

As entidades proprietárias ou gestoras, no âmbito do relatório da Carta Social são agrupadas segundo a natureza jurídica, em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. As entidades não lucrativas compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social, designadas por IPSS, outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as Entidades Oficiais, que prosseguem fins de acção social, os Serviços Sociais de Empresas e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

*Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica
Continente – 2009*

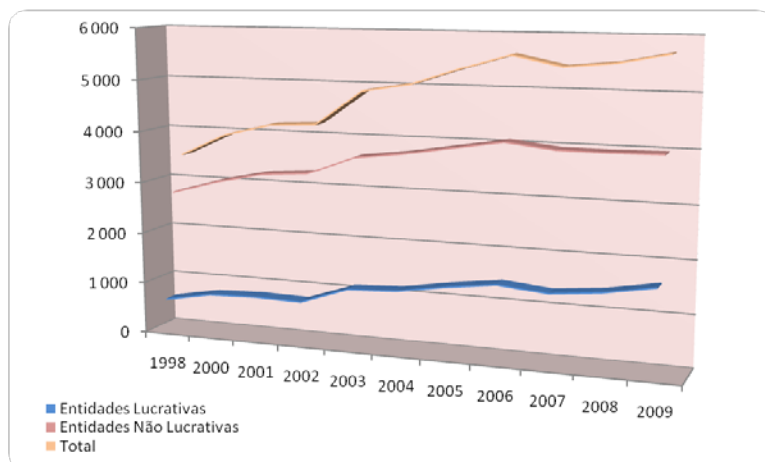


Em Portugal Continental, por referência a 31 de Dezembro de 2009, identificaram-se cerca de 5 700 entidades proprietárias de equipamentos sociais. Naquele ano, o sector não lucrativo representava 70 % do universo, dos quais 63,4 % é constituído por Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS.

Entidades lucrativas e não lucrativas, evolução 1998 – 2009

O número de entidades proprietárias de equipamentos sociais tem vindo a crescer de modo progressivo, apresentando um crescimento global de 63,4 % no período 1998-2009.

*Evolução do número de entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica
Continente 1998 – 2009*

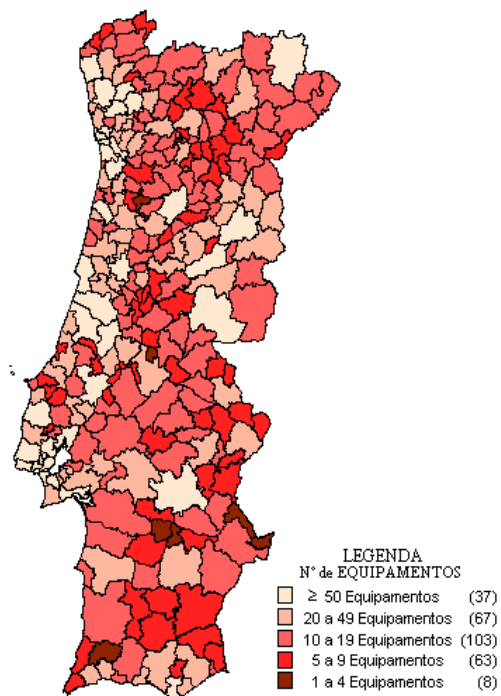


2.2 – Equipamentos Sociais

No âmbito do relatório da Carta Social considera-se equipamento social toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem directamente junto dos utentes.

Segundo o mapa de distribuição espacial, todos os concelhos do Continente estão cobertos por equipamentos sociais, sendo que a maioria dos municípios (207) possui 10 ou mais equipamentos em funcionamento.

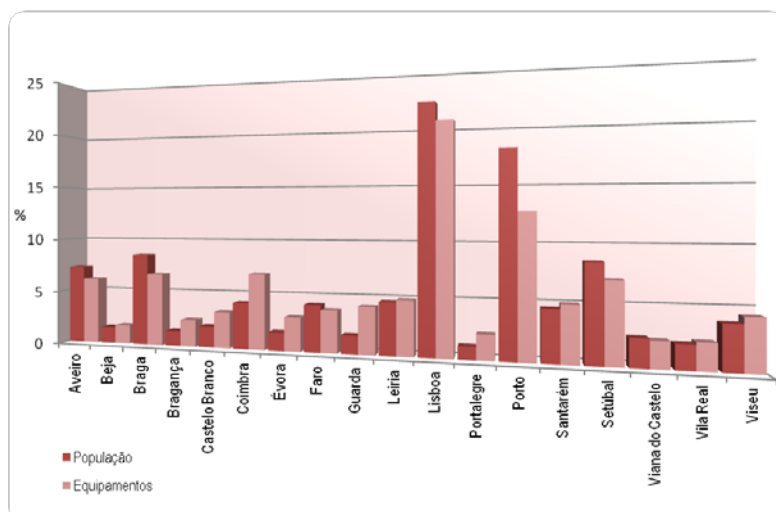
*Distribuição espacial dos equipamentos sociais, por concelho
Ano de 2009*



À semelhança dos anos anteriores, o padrão de distribuição percentual dos equipamentos e da população residente no Continente apresentam na maioria dos distritos um nível equilibrado.

Aveiro, Braga, Coimbra, Guarda, Lisboa, Portalegre, Porto e Setúbal são os distritos com a diferença mais acentuada entre os equipamentos e a população residente.

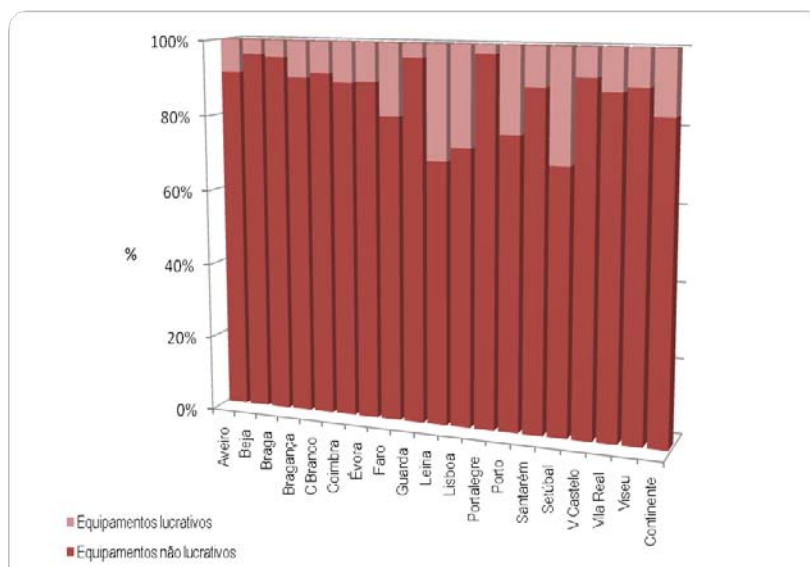
*Distribuição percentual dos equipamentos sociais e da população residente por distrito
Continente – 2009*



Equipamentos lucrativos e não lucrativos – situação em 2009

Em relação ao número de equipamentos segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, é de salientar que 83,4 % do universo em 2009 pertence à rede solidária, por comparação a 16,6 % adstritos à rede lucrativa, o que revela um crescimento destes últimos equipamentos pelo segundo ano consecutivo.

*Equipamentos sociais segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito
Continente – 2009*



Leiria (30,0 %), Setúbal (29,7 %) e Lisboa (26,4 %) são os distritos que apresentam as maiores percentagens de equipamentos lucrativos, por oposição a Portalegre (2,4 %), e Guarda (3,7 %) que continuam a evidenciar uma fraca implantação deste tipo de equipamentos.

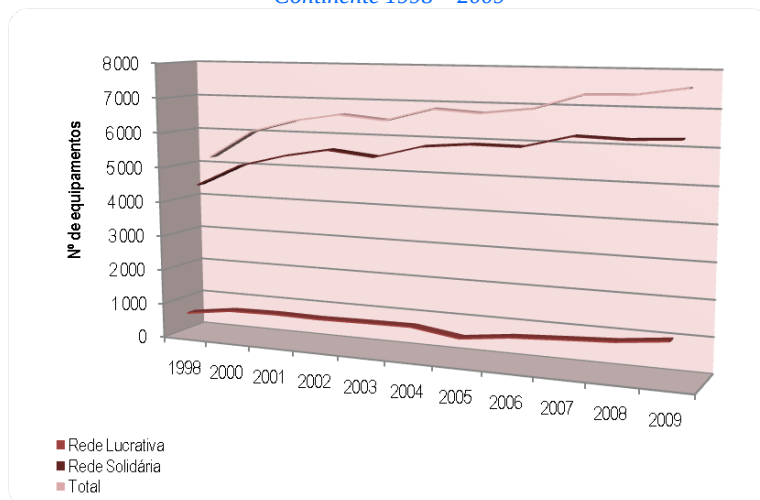
Equipamentos lucrativos e não lucrativos, evolução 1998 – 2009

O número de equipamentos sociais tem apresentado um crescimento sustentado (45 %) ao longo do período em análise, reflectindo-se em mais de 7 500 equipamentos em funcionamento em 2009.

A rede solidária (83,4 %) continua a ser a grande impulsionadora do crescimento da RSES ao deter o maior número de equipamentos, embora se tenha verificado um incremento da rede lucrativa nos últimos anos.

Em média, por cada cinco equipamentos da rede solidária, corresponde um da rede lucrativa, proporção em que se verifica uma ligeira diminuição relativamente aos anos anteriores.

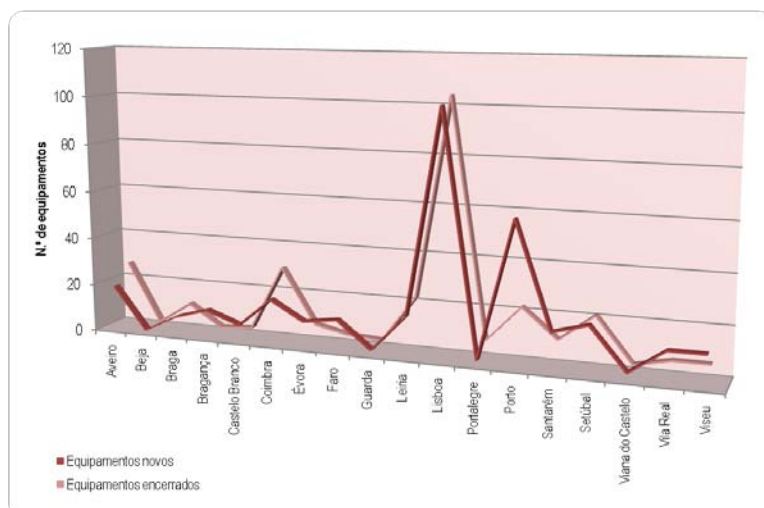
Evolução do número de equipamentos instalados, segundo a natureza jurídica Continente 1998 – 2009



Equipamentos novos e encerrados por distrito em 2009

No ano de 2009 à semelhança dos anos anteriores, a diferença entre equipamentos novos e encerrados apresenta um saldo positivo, embora em alguns distritos o número de equipamentos encerrados tenha sido superior ao número de novos equipamentos, casos mais significativos nos distritos de Aveiro, Braga, Coimbra, Leiria, Lisboa e Portalegre.

Equipamentos novos e encerrados por distrito Continente – 2009



Ainda a nível distrital é de destacar a dinâmica de criação de novos equipamentos registada no distrito do Porto no ano de 2009 e o facto do distrito de Lisboa, na linha dos

anos anteriores, continuar a apresentar o maior número de equipamentos novos e o maior número de equipamentos encerrados.

2.3 – Respostas Sociais

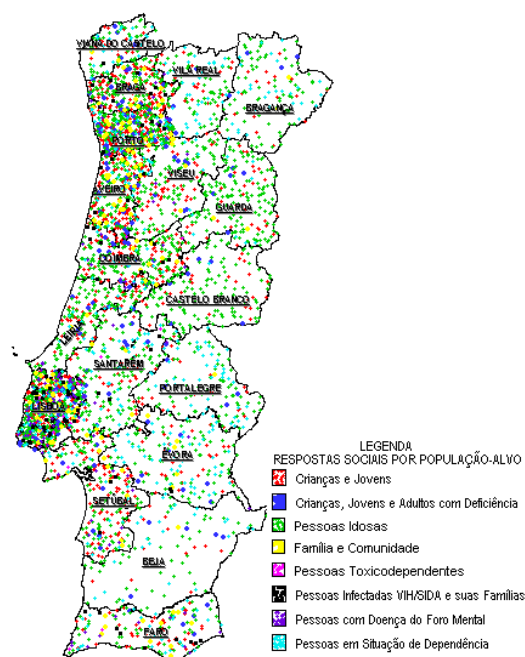
Distribuição espacial das respostas sociais por população-alvo – situação em 2009

A implantação das respostas sociais não sendo uniforme em todo o território, tem acompanhado e privilegiado as zonas de maior densidade populacional.

A maior concentração de respostas continua a situar-se ao longo da faixa litoral norte e centro, incluindo as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e, ainda, a península de Setúbal.

A análise ao mapa de distribuição espacial torna evidente, também, que enquanto as áreas envolventes dos grandes núcleos urbanos concentram as respostas dirigidas às crianças e jovens, as dirigidas à população idosa assumem um padrão de distribuição mais disperso.

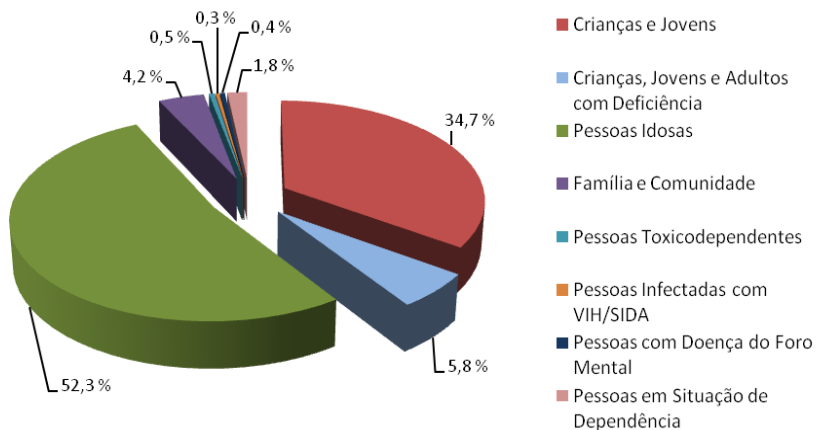
*Distribuição espacial das respostas sociais por população-alvo
Continente – 2009*



Respostas sociais por população-alvo – situação em 2009

Em 2009, e seguindo a tendência observada ao longo dos anos, as respostas sociais continuam a dirigir-se maioritariamente às pessoas idosas (52,3%), seguindo-se o grupo das Crianças e Jovens (34,7 %) e as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência (5,8 %), o que

*Distribuição das respostas sociais por população-alvo
Continente – 2009*

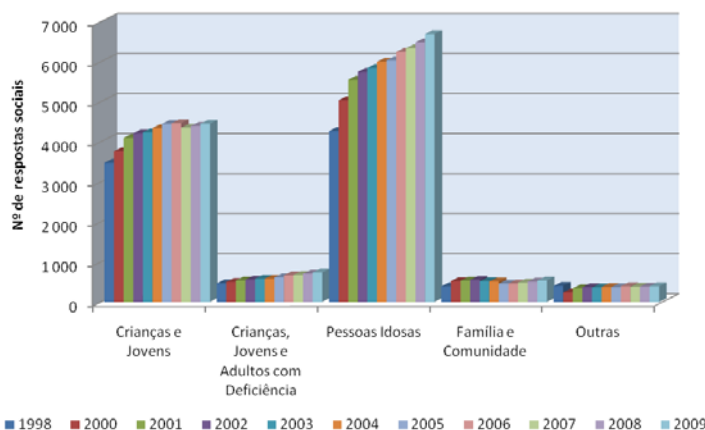


reflecte a preocupação ao nível das políticas sociais destinadas a estes grupos-alvo.

Respostas sociais por população-alvo – evolução 1998 – 2009

Ao longo do período em análise (1998-2009), o número global de respostas sociais tem conhecido um aumento assinalável em todos os grupos-alvo. O crescimento do número total de respostas sociais em 2009, por referência a 1998, foi de 42,3%, correspondendo a mais de 3 800 novas respostas.

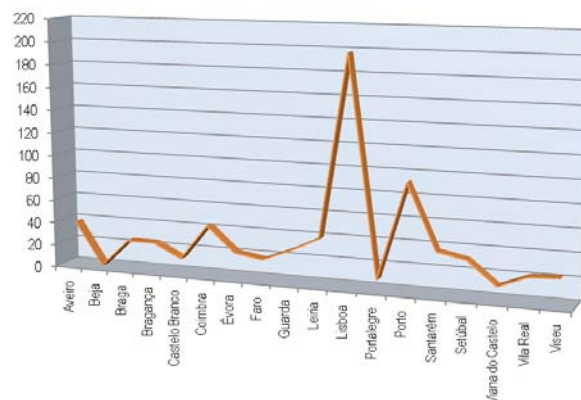
*Evolução das respostas sociais por populações-alvo
Continente 1998 – 2009*



Respostas sociais novas por distrito em 2009

Ao nível das respostas que entraram em funcionamento no ano de 2009, é de destacar um total de cerca de 700 novas respostas. Lisboa, Porto e Coimbra foram, à semelhança de anos anteriores, os distritos onde se verificou uma maior dinâmica.

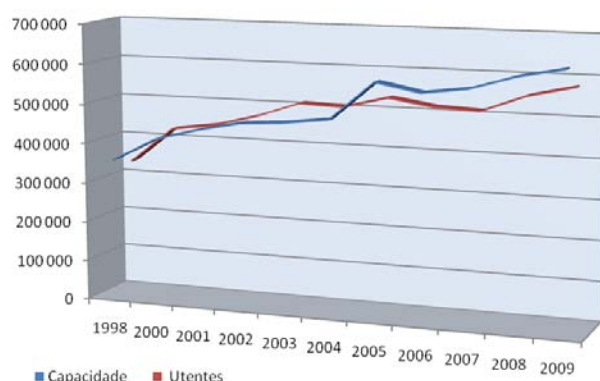
*Respostas sociais novas, por distrito
Continente – 2009*



Relação entre a capacidade instalada e o número de utentes, evolução 1998 – 2009

O aumento significativo do número de respostas sociais, reflecte-se igualmente no incremento da capacidade instalada e do número de utentes. Este esforço no investimento na Rede de Serviços e Equipamentos traduz-se num crescimento de 77,6 % em termos da capacidade e de 71,8 % no número de utentes, por referência a 1998.

*Evolução da capacidade e dos utentes
Continente 1998 – 2009*



Comparativamente ao ano anterior, os valores de 2009 (mais de 22 200 lugares) vêm, uma vez mais, confirmar o novo ritmo de crescimento da RSES, iniciado há alguns anos, vocacionado para o aumento dos níveis de protecção social, e para o qual têm contribuído vários programas de financiamento, nomeadamente o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES).

3 – Respostas sociais por população-alvo

3.1 – Crianças e Jovens

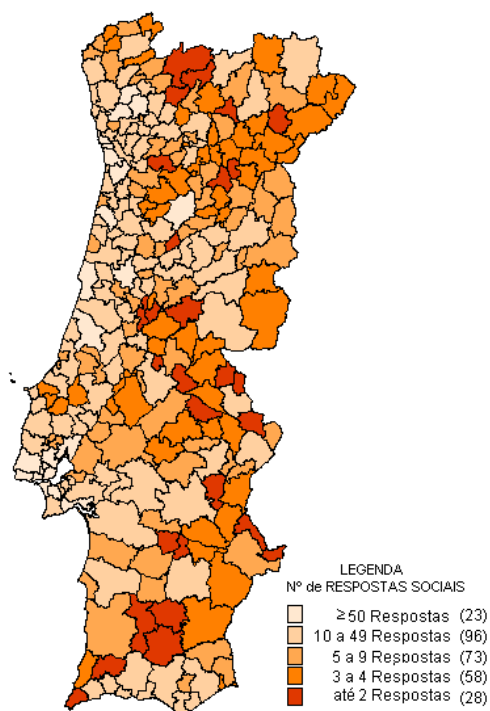
Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2009

No mapa de distribuição espacial das respostas sociais dirigidas às Crianças e Jovens, com a excepção da resposta social Ama que pela sua especificidade será analisada em separado, verifica-se um equilíbrio entre a densidade populacional e a distribuição geográfica das respostas dirigidas a esta população.

De acordo com a tendência dos anos anteriores, e apesar do crescimento que os municípios do interior têm apresentado em termos de cobertura, as áreas urbanas de Lisboa e Porto e a faixa litoral do norte e centro continuam a concentrar uma grande parte das respostas sociais para esta população-alvo.

A maioria dos municípios (192) do território nacional tem cinco ou mais respostas.

*Distribuição espacial das respostas sociais para as Crianças e Jovens
Ano 2009*



Respostas sociais e capacidades, evolução 1998 – 2009

O crescimento global das respostas sociais dirigidas às Crianças e Jovens atingiu 29,2 % no período 1998-2009, o que revela o claro desenvolvimento que a área da infância tem conhecido.

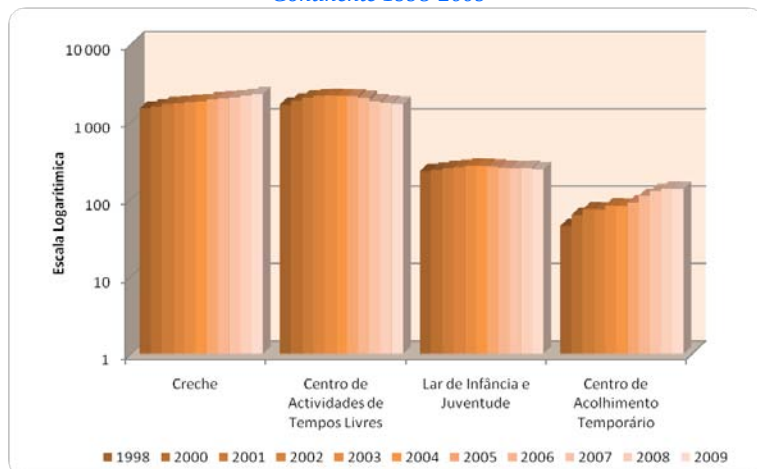
Numa análise por resposta social, tendo por referência o ano de 1998, destaca-se no ano de 2009 o aumento de 53,4% do número de creches e de 202,2% de Centros de Acolhimento Temporário.

Em termos homólogos verifica-se um incremento no número total de respostas, com maior expressão da valência Creche (5,5 %).

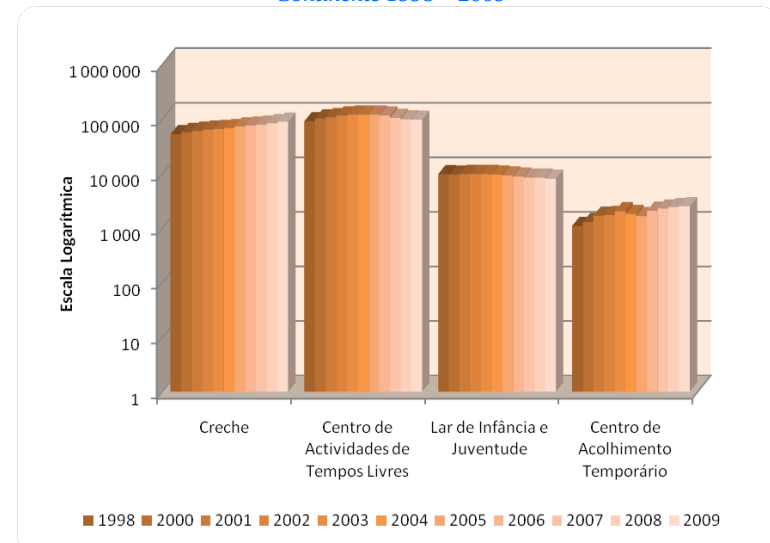
Ao nível da capacidade instalada o crescimento global entre 1998-2009 (27,6 %) é também significativo (mais 42 400 lugares, sendo 36 600 em Creche).

A reestruturação do Centro de Actividades de Tempos Livres, resultado do prolongamento do horário escolar até às 17.30 horas, vem justificar a tendência de decréscimo desta resposta. Ainda assim, é de salientar o aumento da oferta de lugares no conjunto de respostas para esta área de intervenção.

Evolução das respostas sociais para as Crianças e Jovens Continente 1998-2009



Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças e Jovens Continente 1998 – 2009

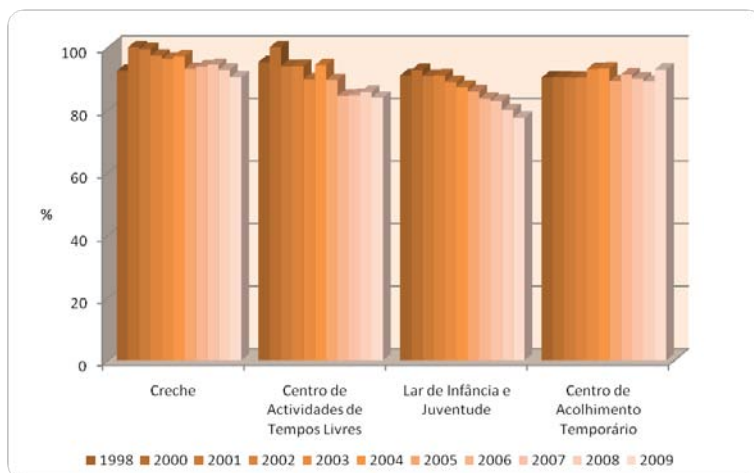


Taxa de utilização das respostas sociais para Crianças e Jovens, evolução 1998 – 2009

Com taxas de utilização quase sempre acima dos 80 % desde o início do período de análise, as respostas sociais para as Crianças e Jovens apresentam desde 2004 uma ligeira redução na utilização por via do aumento da oferta.

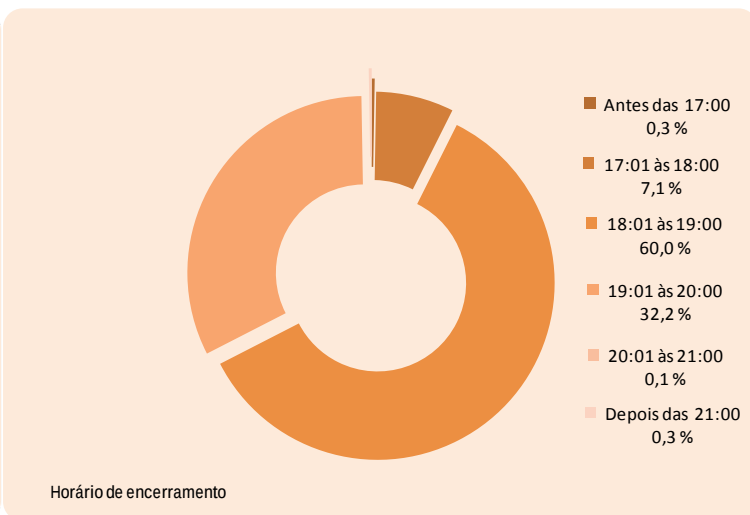
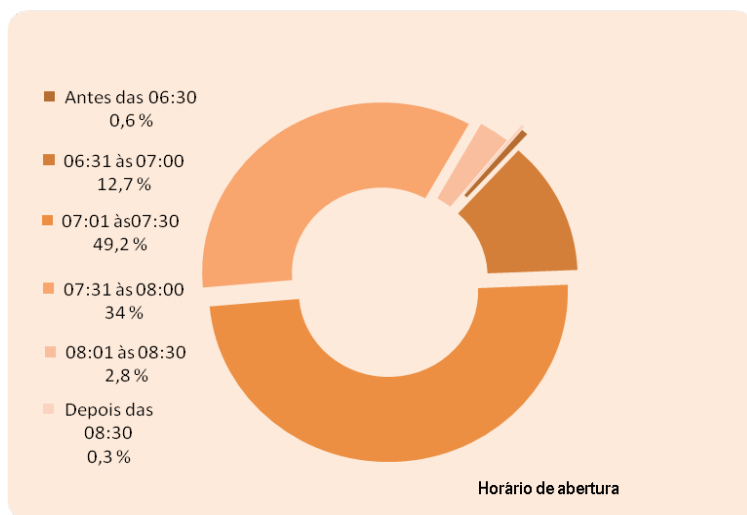
Numa análise por resposta social, o Centro de Acolhimento Temporário e a Creche são as respostas que continuam a apresentar os maiores níveis de utilização, 92,9 % e 90,4 % respectivamente, seguindo-se o Centro de Actividades de Tempos Livres (83,8 %) e o Lar de Infância e Juventude (77,4 %).

*Taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças e Jovens
Continente 1998 – 2009*



Horário de funcionamento das Creches – situação em 2009

Creche – Horário de funcionamento – situação em 2009



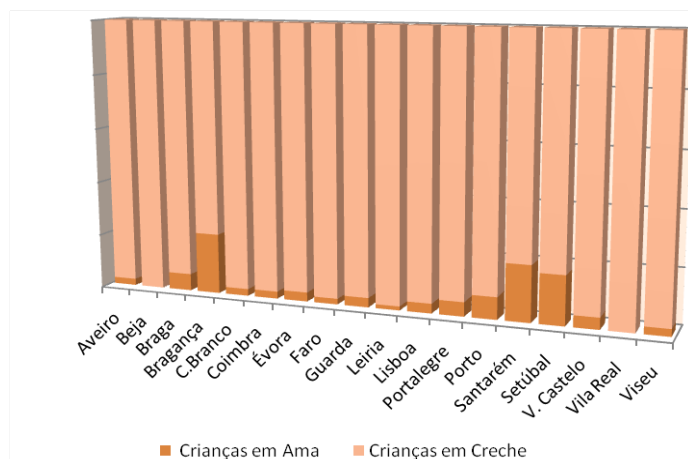
No ano de 2009 observou-se a continuação da prática observada em anos anteriores no que respeita aos horários de funcionamento das Creches. Os horários entre as 07:00 e as 08:00 horas (83,2 %) e entre as 18:00 e as 19:00 horas (60,0 %) continuam a ser os períodos em que a maioria das instituições, respectivamente, entra em funcionamento e encerra.

Na sequência dos anos anteriores, as instituições continuam empenhadas em oferecer horários mais ajustados às necessidades dos pais, sendo de referir que 13,3 % destas respostas abrem as suas portas antes das 07.00 horas da manhã e 32,6 % encerram depois das 19.00 horas.

A resposta social Ama

A Ama é uma resposta social que está na dependência, normalmente, dos Centros Distritais do Instituto de Segurança Social, IP, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou de Instituições Particulares de Solidariedade Social, desenvolvendo-se através de um serviço prestado por pessoa idónea que apoia as famílias através do acolhimento das crianças durante um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

Peso relativo das respostas sociais para a Primeira Infância (Creche e Ama), segundo o número de crianças acolhidas, por distrito – Situação em 2009



Dotada de características próprias, a resposta social Ama diferencia-se das restantes valências de apoio à primeira infância, o que tem resultado numa implantação diferenciada no território nacional. Bragança (22,1 %), Santarém (20,3 %) e Setúbal (17,8 %) continuam a ser os distritos que apresentam maiores percentagens de crianças acolhidas em Ama, seguidos do Porto (8,0 %) e Braga (6,2 %), o que comprova a importância que esta resposta desempenha também na facilitação da conciliação da actividade profissional com a vida familiar dos pais, constituindo-se numa alternativa à resposta Creche.

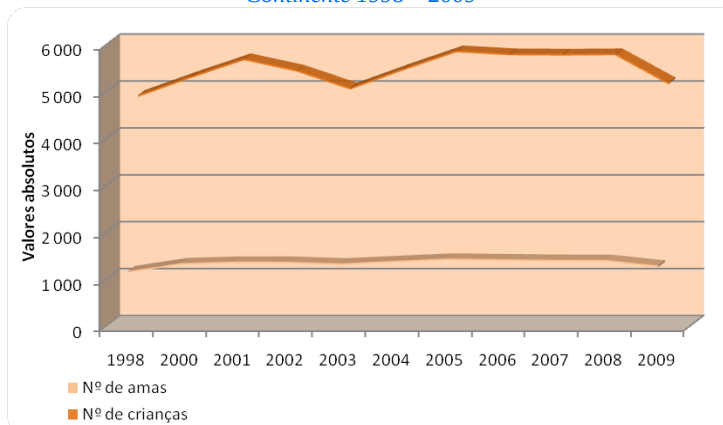
É de realçar, também, que para além do distrito de Beja, que não tem ainda esta resposta implementada, Vila Real não apresenta crianças acolhidas em 2009.

Número de amas e crianças acolhidas, evolução 1998 – 2009

O número de amas e de crianças acolhidas tem registado desde o início do período de análise, em termos globais, uma evolução positiva, apesar de em 2009 se verificar um decréscimo do número de amas, provavelmente, em virtude do aumento da oferta do número de lugares em Creche.

Em média, cada Ama acolheu 3,8 crianças em 2009, valor que tem sofrido poucas oscilações desde 1998, e que se enquadra dentro dos parâmetros definidos na lei (máximo de quatro crianças).

*Evolução do número de amas e de crianças acolhidas
Continente 1998 – 2009*

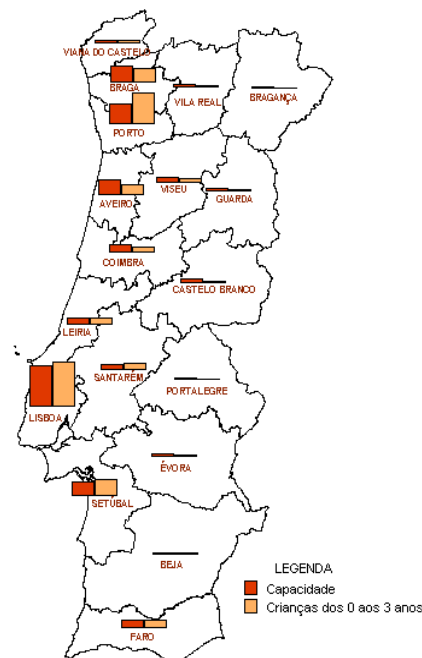


Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a Primeira Infância, relativamente à população residente de idade até 3 anos

A análise da relação entre a população dos zero aos três anos e a população total do Continente para o ano de 2009, coloca em evidência uma tendência iniciada há alguns anos - os distritos localizados no interior do país (Guarda, Bragança, Vila Real, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja), apresentam as menores percentagens de crianças, enquanto as áreas urbanas dispostas ao longo da faixa litoral do território nacional concentram as maiores percentagens de população jovem.

A relação entre a oferta de respostas para a Primeira Infância (Creche e Ama) e a população até aos 3 anos de idade é positiva na maioria dos distritos do Continente, o que demonstra uma cobertura razoável destas respostas sociais.

*Distribuição percentual da oferta (Creche e Amas)
e da população-alvo (< 3 anos), por distrito
Ano 2009*



Fonte: INE, Estimativa da População Residente para 2009

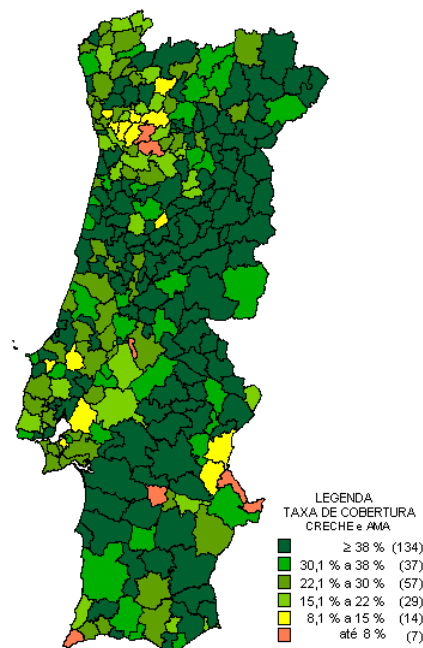
As zonas metropolitanas de Lisboa, Porto e Setúbal, com maior peso de população jovem, registam, apesar dos progressos que têm sido realizados no sentido do aumento da capacidade, um peso percentual da oferta menor em relação à população-alvo.

Taxa de cobertura – 2009

A cobertura das respostas dirigidas às Crianças e Jovens conheceu no ano de 2009 uma evolução bastante positiva. Do total de municípios do Continente, 171 registaram uma taxa superior a 31 %, sendo a média nacional de 32,6 %.

Estes valores representam um incremento bastante significativo em relação a 2008, reflectindo os progressos realizados na última década na aproximação às metas definidas pelos países da UE, para os quais têm contribuído a criação de vários programas e linhas de financiamento, nomeadamente o PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais.

*Taxa de cobertura das respostas sociais
Creche e Ama, por concelho
Ano de 2009*



Fonte: INE, Estimativa da População Residente para 2009

3.2 – Crianças, Jovens e Adultos com deficiência

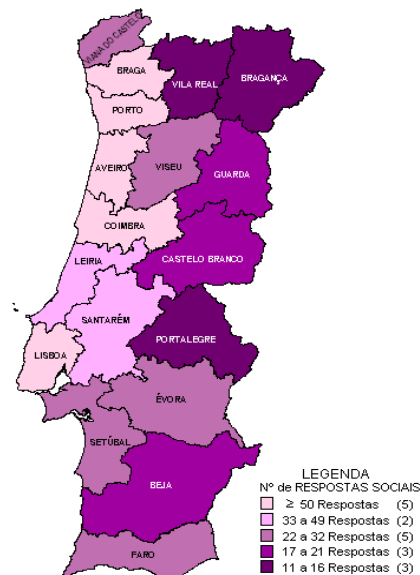
Distribuição espacial das respostas sociais por distrito – situação em 2009

Segundo o mapa da distribuição espacial das respostas sociais dirigidas às Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, a maioria dos distritos (12) detém 22 ou mais respostas.

Os distritos que registam maior número de respostas sociais concentram-se sobretudo na faixa litoral a norte do Tejo, nomeadamente Lisboa, Porto, Aveiro, Coimbra e Braga.

Vila Real, Bragança e Portalegre, à semelhança dos anos anteriores, continuam a apresentar os

*Distribuição espacial das respostas sociais para as
Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, por distrito
Ano de 2009*



valores menos expressivos de respostas dirigidas a esta população.

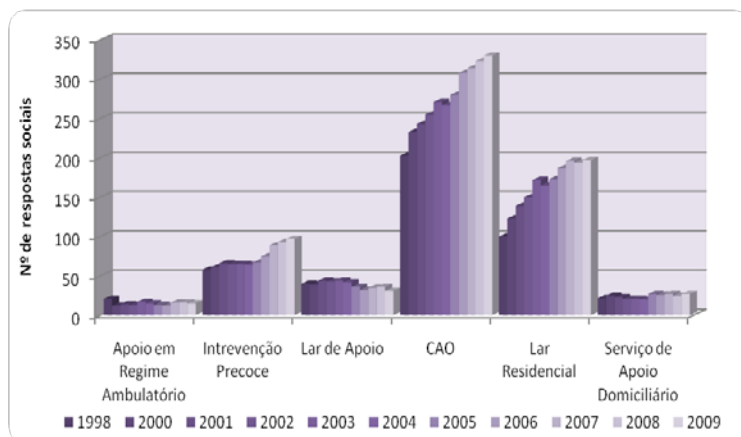
Respostas sociais e capacidades, evolução 1998 – 2009

As respostas sociais dirigidas a esta população-alvo apresentaram durante o período 1998-2009 um crescimento global bastante significativo que se situou nos 57,4 %.

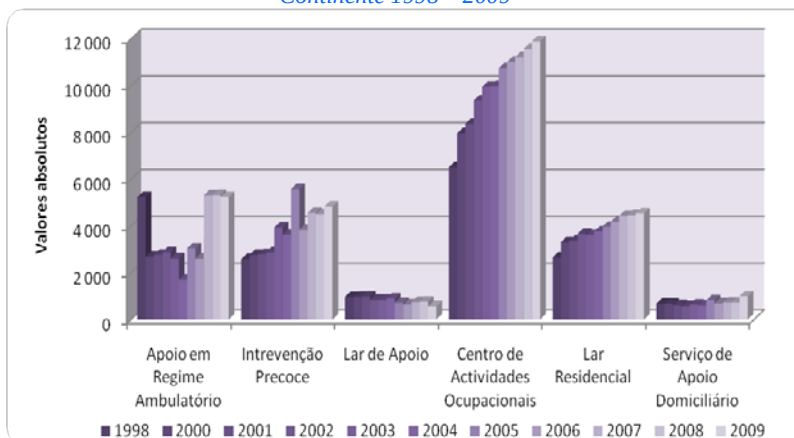
Numa análise por resposta, o Centro de Actividades Ocupacionais (62,6 %), a Intervenção Precoce (67,2 %) e sobretudo o Lar Residencial (97,0 %) constituem as respostas sociais que têm apresentado um crescimento mais expressivo no período em análise (1998-2009).

A capacidade instalada das respostas dirigidas a esta população-alvo tem registado, igualmente, em termos globais, um aumento assinalável no período de referência (cerca de 9 800 lugares, 700 apenas no último ano).

Evolução das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência Continente 1998 – 2009



Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência Continente 1998 – 2009

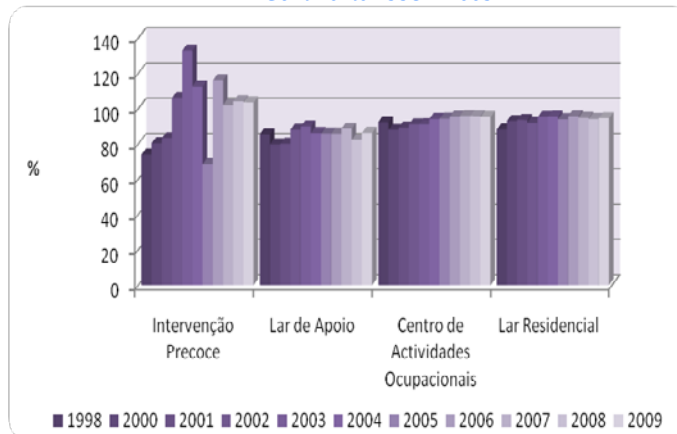


Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2009

A taxa de utilização média das 4 principais respostas sociais dirigidas às Crianças, Jovens e Adultos com deficiência em 2009, fixou-se nos 94,9 %, o que representa um ligeiro aumento por comparação ao ano anterior.

As respostas sociais com maior taxa de utilização foram a Intervenção Precoce, o Centro de Actividades Ocupacionais e o Lar Residencial, situação semelhante a anos anteriores.

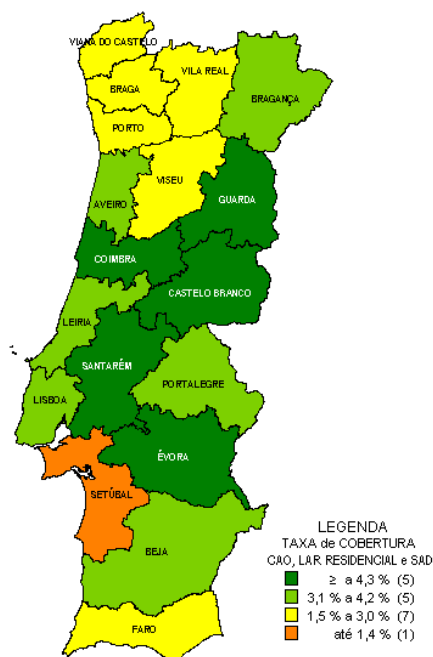
Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência Continente 1998 – 2009



Taxa de cobertura – 2009

Em 2009 no que concerne à taxa de cobertura das respostas dirigidas a esta população-alvo, e considerando apenas as respostas Centro de Actividades Ocupacionais, Lar Residencial e SAD, a maioria dos distritos apresentava uma cobertura superior à média nacional de 3,0 %.

Taxas de cobertura de algumas respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, por distrito Ano de 2009



Fonte: INE, Estimativa da População Residente para 2009

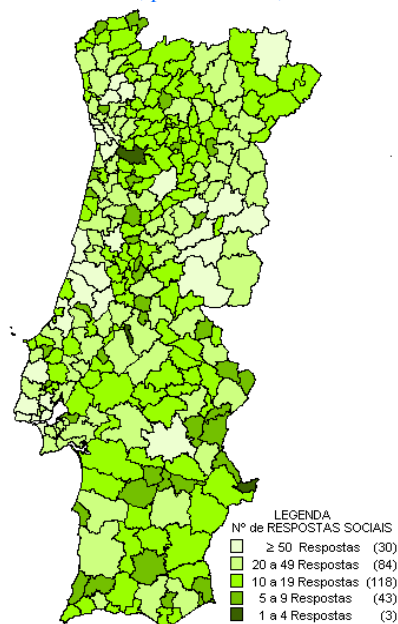
3.3 – Pessoas Idosas

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2009

Ainda que a implantação das respostas sociais para a população idosa se verifique em todos os concelhos do Continente, a maior concentração nota-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e nos concelhos com maior índice de envelhecimento.

Da totalidade dos concelhos (278), apenas três localizados nos distritos de Aveiro, Beja e Santarém, detêm até 4 respostas para apoio à população idosa.

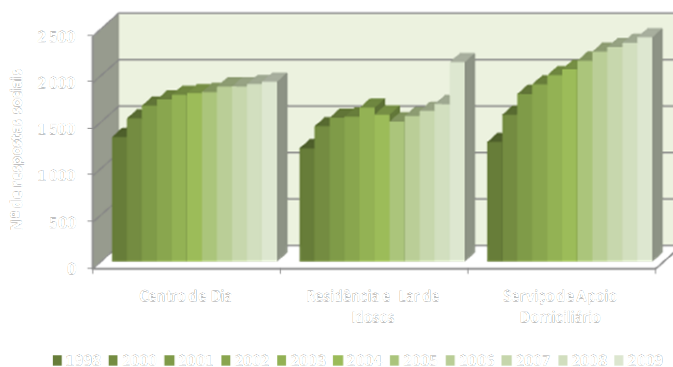
Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho, Ano de 2009



Respostas sociais e capacidades, evolução 1998 – 2009

Em 2009 encontram-se identificadas cerca de 6 500 respostas sociais do conjunto representado graficamente, ultrapassando as 7 000 se considerarmos também o Centro de Convívio. No ano de análise, por referência ao ano anterior, verifica-se um crescimento acentuado nas valências Residência e Lar de Idosos (cerca de 27 %) como resultado do forte investimento público com o objectivo da expansão da capacidade instalada e melhoria da qualidade das respostas existentes.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas Idosas Continente 1998 – 2009



Desde o ano de 1998, o crescimento das respostas sociais para as pessoas idosas atingiu os 68,8 %.

Ao longo destes onze anos o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) tem apresentado a maior taxa de crescimento (87,5 %) no conjunto das diferentes respostas sociais para a

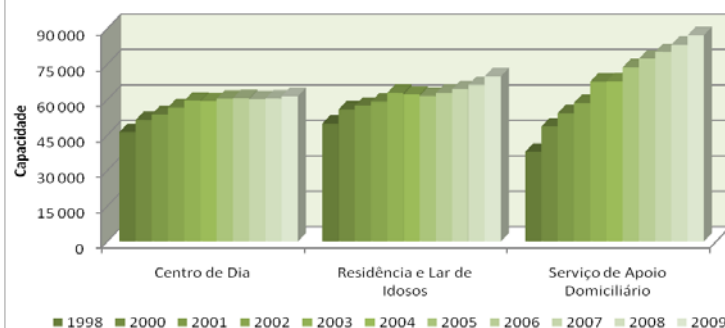
população idosa, seguido da Residência e Lar de Idosos (76 %) e do Centro de Dia (44,4%).

O nível de crescimento do SAD, ano após ano, vem confirmando a concretização da política desenvolvida nos últimos anos no sentido de eleger esta resposta como alternativa às respostas convencionais, retardando deste modo a institucionalização do idoso.

Relativamente à capacidade, e tendo

por referência o ano base, verifica-se que o SAD apresenta em 2009 um alargamento da capacidade instalada de 130 %, correspondendo à criação de cerca de 49 300 lugares, dos quais cerca de 4 000 entraram em funcionamento no último ano. Embora menos acentuada, também a Residência e Lar de Idosos registam um crescimento da sua capacidade em 40 %, o que representa a criação de mais de 20 000 lugares, desde 1998.

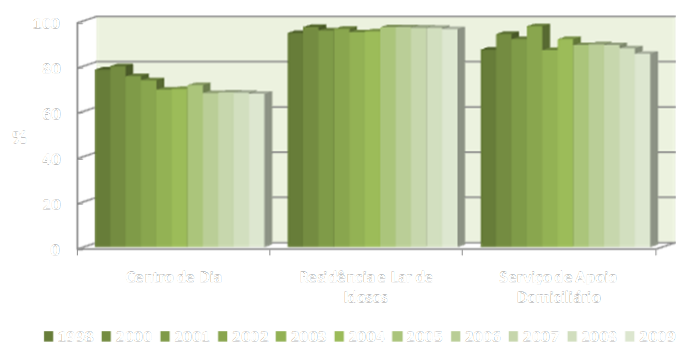
*Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas Idosas
Continente 1998 – 2009*



Taxa de utilização das respostas sociais – situação em 2009

A taxa média de utilização (1998 - 2009) das respostas sociais representadas graficamente é de 83,2 %, percentagem ligeiramente mais baixa do que em anos anteriores, devido ao acréscimo de capacidade no SAD e na Residência e Lar de Idosos.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente 1998 – 2009

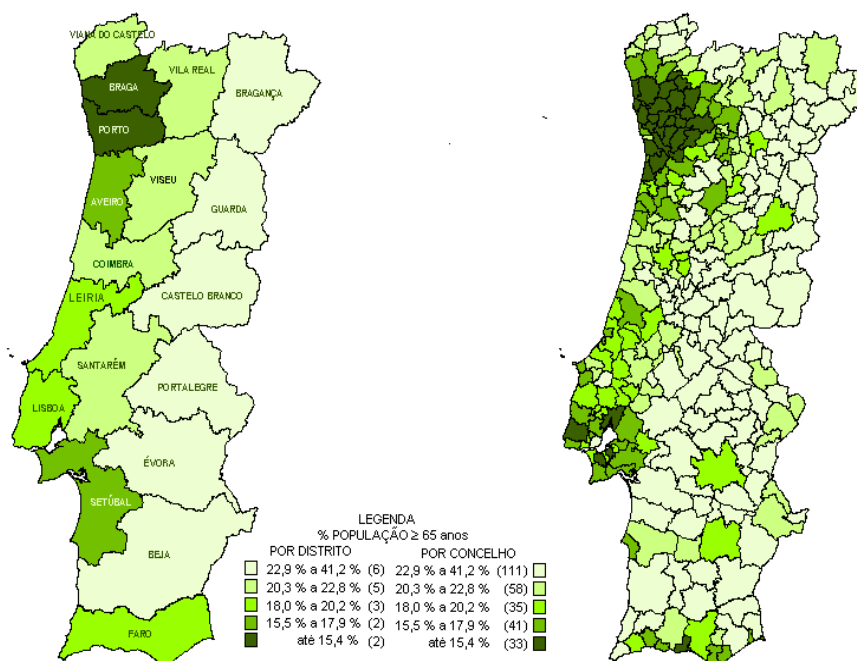


Durante o período de análise a ocupação mais elevada observou-se sempre na

Residência e Lar de Idosos, apresentando valores superiores a 95 %, a qual em 2009 sofreu uma redução para 96,4 %. O SAD apresentou também elevadas taxas de utilização durante este período, sendo o valor médio de 89,3 %.

Proporção da oferta de serviços e equipamentos para as pessoas idosas, relativamente à população idosa residente (≥ 65 anos)

Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total, por distrito e por concelho
Ano de 2009



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2009

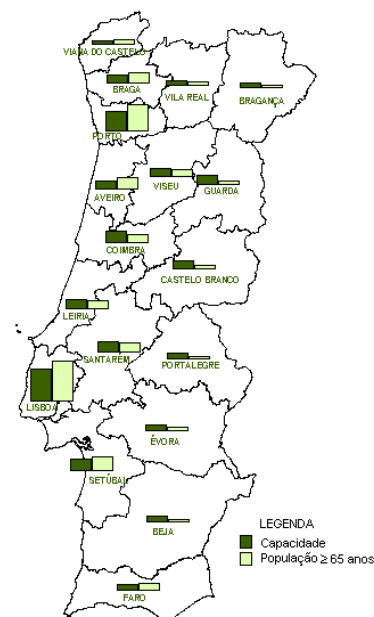
Com estes mapas retrata-se o país em relação à distribuição da população idosa. Assim, os distritos mais envelhecidos situam-se todos no interior, enquanto que os mais jovens se localizam no litoral, nomeadamente os que apresentam índices de envelhecimento inferior à média do Continente (18,1 %), tais como Braga (13,3 %), Porto (14,6 %), Aveiro (16,5 %), Setúbal (17,2 %) e Lisboa (18,1 %). Por outro lado os distritos de Bragança (25,8 %), Portalegre (25,7 %), Castelo Branco (25,5 %), Guarda (25,1 %), Beja (23,9 %) e Évora (23,7 %) destacam-se com os valores mais elevados de envelhecimento. Na análise da distribuição da população por concelho verifica-se que apenas 78 concelhos (28 %) apresentam um índice de envelhecimento inferior à média do Continente.

Por outro lado a distribuição deste índice não é uniforme ao longo do país. Assim, distritos bastante envelhecidos, como Beja e Évora, apresentam índices de envelhecimento pouco superiores à média do Continente nos respectivos concelhos capital do distrito.

Este mapa relaciona a oferta com a população-alvo na maioria dos distritos, colocando em evidência a adequação entre o envelhecimento da população e a oferta de respostas sociais para as pessoas idosas.

No entanto, como em anos anteriores, nota-se ainda uma menor cobertura relativa nos distritos de Braga, Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal.

Distribuição percentual da oferta e da população-alvo (≥65 anos), por distrito, Ano 2009



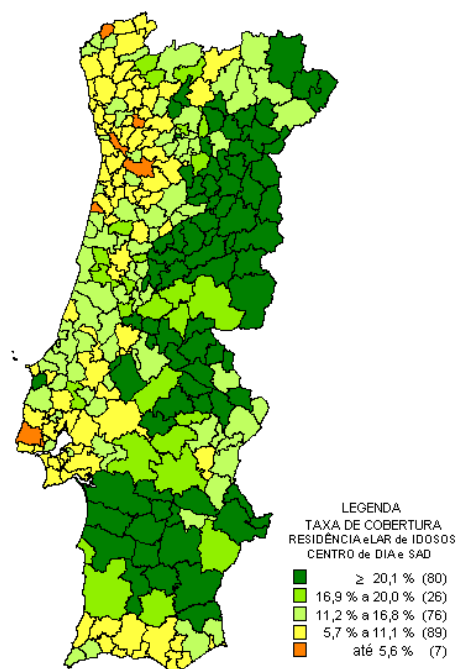
Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2009

Taxa de cobertura – 2009

A taxa de cobertura das respostas para esta população-alvo subiu quatro pontos percentuais em relação ao ano anterior, situando-se em 11,9 %. Dos concelhos do Continente, 173 (62,2 %) apresentam taxas superiores à média global. Deste grupo, 30 concelhos atingem mesmo taxas de cobertura superiores a 30%.

Verifica-se ainda que existe uma correlação entre estes valores mais elevados e o índice de envelhecimento, localizando-se algumas das taxas mais elevadas nas zonas mais envelhecidas do país.

Taxas de cobertura de algumas respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho, Ano de 2009



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2009

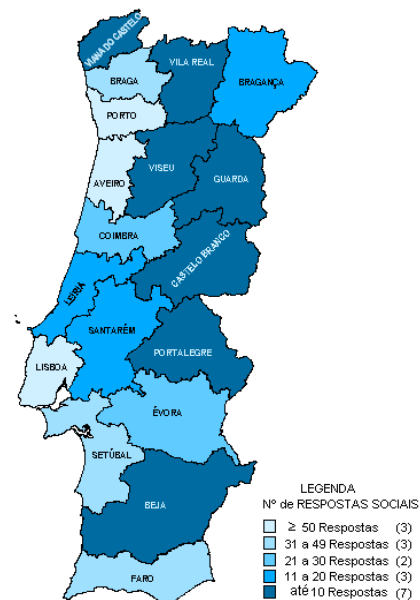
3.4 – Família e Comunidade

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2009

A distribuição das respostas sociais dirigidas a esta população-alvo tem tido poucas alterações nos últimos anos. Da análise do mapa pode verificar-se que todos os distritos cartografados dispõem de um mínimo de 10 respostas sociais para esta área de intervenção.

Os distritos do Porto, Aveiro e Lisboa são os que registam uma maior implantação, enquanto que os distritos de Vila Real, Castelo Branco, Portalegre e Beja apresentam o menor número de respostas em funcionamento.

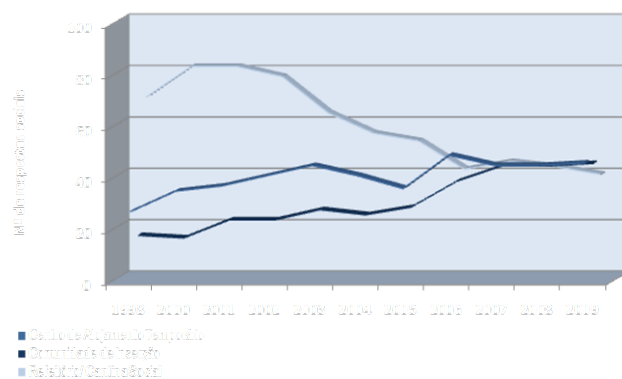
Distribuição espacial das respostas sociais para a Família e Comunidade, por distrito, Ano de 2009



Respostas sociais e capacidades, evolução 1998 – 2009

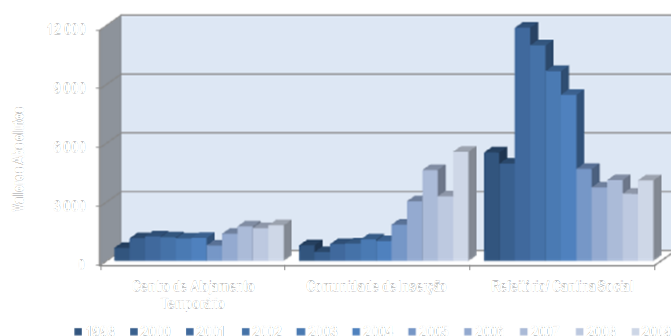
Em 2009, o número de respostas sociais dirigidas a esta população-alvo mantém-se praticamente estável, registando-se apenas um pequeno decréscimo na resposta Refeitório/Cantina Social por comparação ao ano anterior.

Evolução das respostas sociais para a Família e Comunidade Continente 1998 – 2009



Apesar da redução assinalada, a capacidade das respostas representadas mostra um crescimento expressivo, principalmente na Comunidade de Inserção e no Refeitório/Cantina Social, devido à avaliação ou revisão destas por parte dos Centros Distritais do ISS, IP.

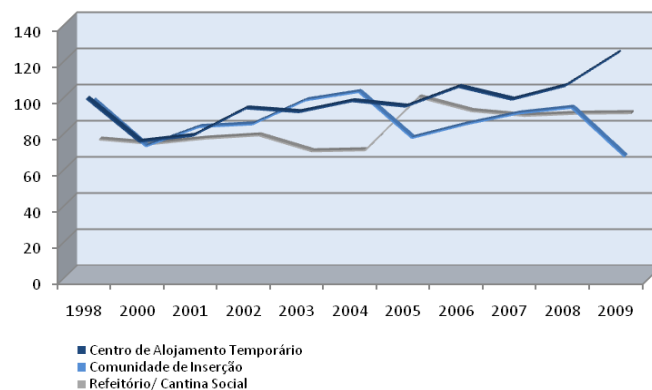
Evolução da capacidade nas respostas para a Família e Comunidade Continente 1998 – 2009



Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2009

A taxa média de utilização em 2009 do conjunto das respostas sociais em análise para a Família e Comunidade situa-se em 93,1 %, o que representa uma ligeira diminuição por comparação ao ano anterior, devido essencialmente ao aumento da oferta da resposta Comunidade de Inserção.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente 1998 – 2009

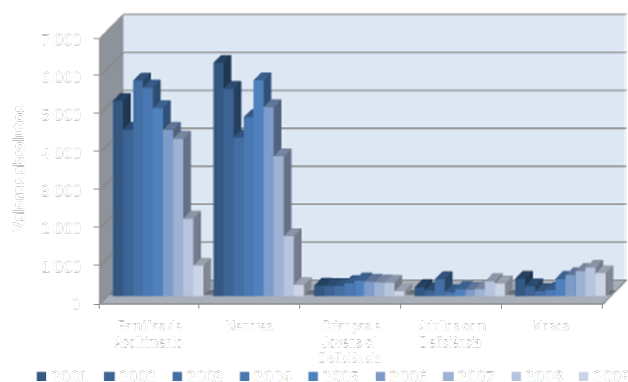


O Centro de Alojamento Temporário foi a resposta social dirigida a esta população-alvo que apresenta maior ocupação, sendo o número de utentes bastante superior à capacidade, resultando daí uma taxa de utilização de 127 % em 2009.

A resposta social Acolhimento Familiar

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 11/2008, de 17 de Janeiro, foram estabelecidas novas regras no acolhimento familiar de crianças e jovens em perigo. Este diploma define a família de acolhimento como “pessoas ou famílias que não tenham qualquer relação de parentesco com a criança ou o jovem e não sejam candidatos a adoção”.

Evolução das Famílias de Acolhimento por grupo-alvo Continente 2001 – 2009



A nova concepção de acolhimento familiar altera o universo das famílias de acolhimento, circunscrevendo-se apenas às famílias sem relação de parentesco com o adoptante, pelo que se verifica desde 2008 um normal decréscimo do número de famílias e do número de menores acolhidos. No ano de 2009 observa-se a mesma tendência, tendo o número de famílias decrescido 61 % por comparação a 2008, e os menores, 82 %. Também o número de adultos com deficiência e o número de idosos acolhidos apresenta um decréscimo.

Em 2009 cada família apresenta um rácio superior a uma pessoa (1,7) o que indica a existência de um número de famílias a acolherem pelo menos duas pessoas.

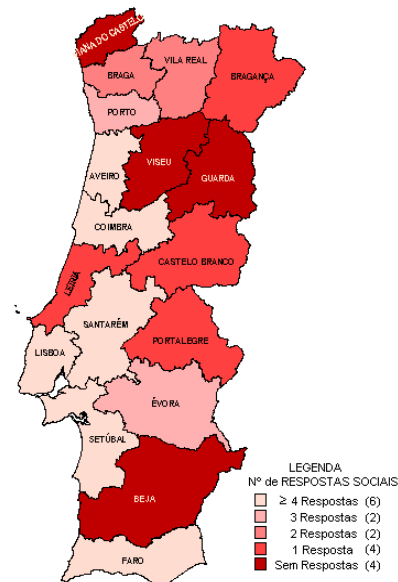
3.5 – Pessoas Toxicodependentes

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito – situação em 2009

A implantação das respostas sociais para as pessoas toxicodependentes tem mantido alguma estabilidade nos últimos anos.

Através da observação do mapa verifica-se que a maioria dos distritos do Continente detém respostas à excepção de Viana do Castelo, Viseu, Guarda e Beja. Cerca de 65 % das valências localizam-se nos distritos de Aveiro, Santarém, Lisboa e Faro.

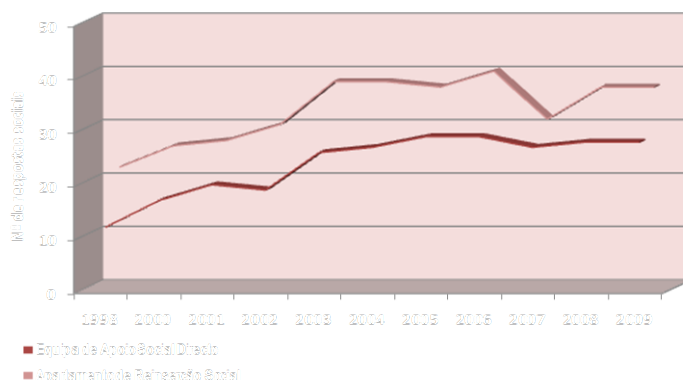
Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, por distrito, Ano de 2009



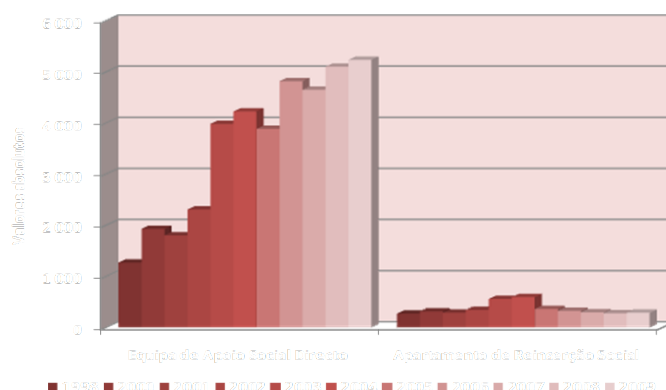
Respostas sociais e capacidades, evolução 1998 – 2009

Embora o número de respostas sociais tenha oscilado ao longo do período de análise, nos anos de 2008 e 2009 registou-se uma recuperação significativa face ao ano de 2007 no qual se tinha verificado um decréscimo acentuado, principalmente dos Apartamentos de Reinserção Social.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes Continente 1998 – 2009



Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente 1998 – 2009



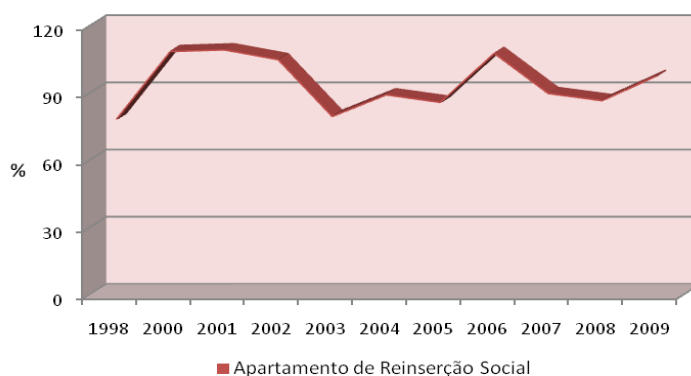
Como consequência das oscilações verificadas nas respostas sociais também a capacidade tem sofrido flutuações ao longo destes anos.

Contudo, o maior acréscimo verifica-se nas Equipas de Intervenção que em 2009 quadruplicou a sua capacidade de resposta.

Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2009

A taxa de utilização dos apartamentos de Reinserção Social, apesar das variações ao longo dos anos, tem sido sempre acima dos 80 %. Em 2009 o valor é de 98 %, o que demonstra o nível de procura que existe para este tipo de resposta.

Evolução da taxa de utilização dos Apartamentos de Reinserção Social, Continente 1998 – 2009



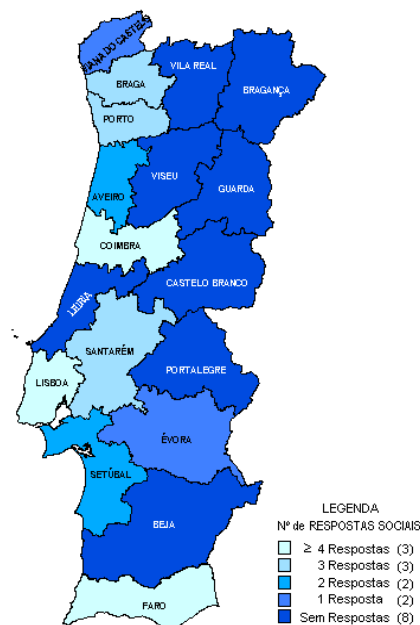
3.6 – Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito – situação em 2009

De acordo com o mapa da distribuição espacial conclui-se que dez distritos têm respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/ SIDA, destacando-se a sua localização no litoral do país.

É de referir que 60 % dos distritos onde funcionam respostas sociais para este grupo detêm 3 ou mais valências.

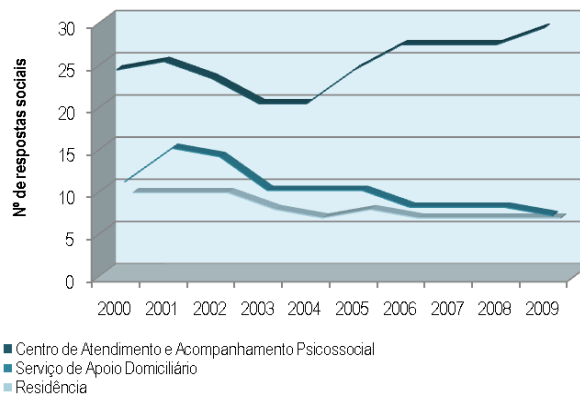
Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, por distrito – Ano de 2009



Respostas sociais e capacidades, evolução 1998 – 2009

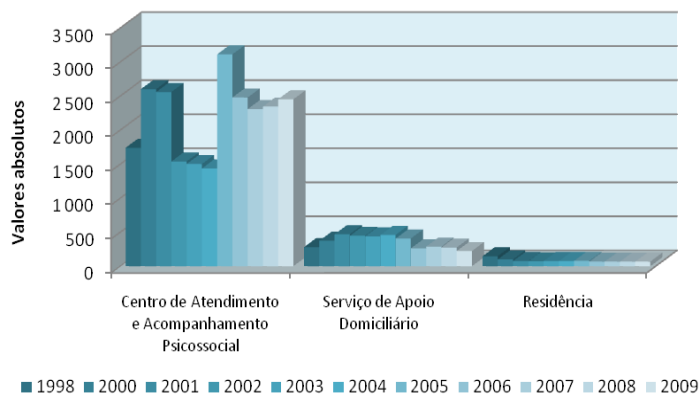
Apesar da mutabilidade observada ao longo do período de análise, verificou-se um crescimento significativo (50 %) em 2009, por referência a 1998, do Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial. O Serviço de Apoio Domiciliário e a Residência depois de uma tendência de redução, apresentam desde 2007 uma relativa estabilidade no número de respostas instaladas.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente 1998 – 2009



A capacidade destas respostas sociais tem igualmente manifestado flutuações conforme as alterações ocorridas na criação e encerramento das respectivas respostas sociais. A capacidade nos Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial tem variado muito ao longo do período acompanhando as oscilações das respostas, apresentando contudo uma capacidade instalada bastante mais elevada em relação às restantes valências.

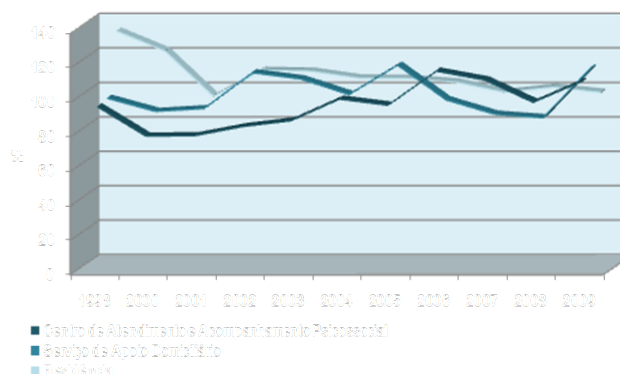
Evolução da capacidade para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente 1998 – 2009



Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2009

A ocupação destas respostas sociais tem-se situado praticamente ao nível da capacidade instalada, em particular ao nível da Residência.

Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente 1998 – 2009



No ano de 2009 as taxas de utilização das respostas Centro de Atendimento e

Acompanhamento Psicossocial e do Serviço de Apoio Domiciliário, subiram inclusive para valores acima do limite da capacidade estabelecida.

3.7 – Outra População-alvo

Neste capítulo serão analisadas as respostas sociais dirigidas às Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico e às Pessoas em Situação de Dependência.

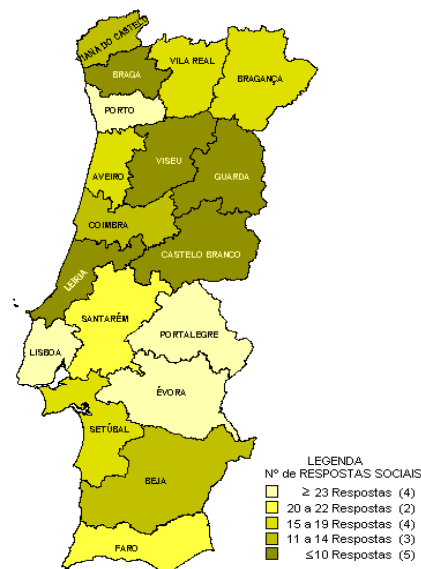
Distribuição espacial das respostas sociais por distrito – situação em 2009

O mapa permite observar que todos os distritos do território continental dispõem de respostas sociais para estas populações-alvo.

Os distritos do Porto, Lisboa, Portalegre e Évora são os distritos com mais respostas, dispondo em 2009 de 23 ou mais respostas.

Por outro lado, Braga, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu detêm menos de 11 respostas.

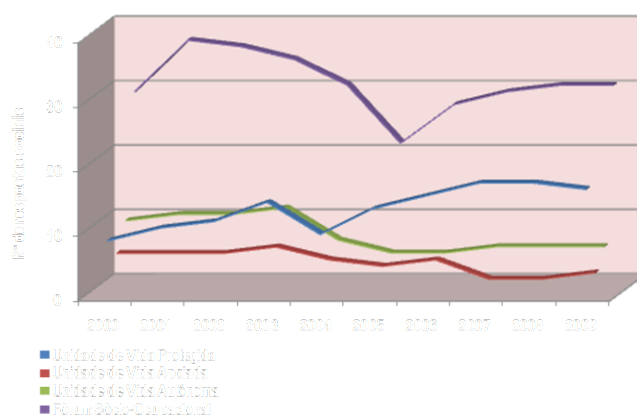
Distribuição espacial das respostas sociais para Outra população-alvo (Saúde Mental e Pessoas em Situação de Dependência), por distrito, Ano de 2009



Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico – Respostas sociais e capacidades, evolução 2000 – 2009

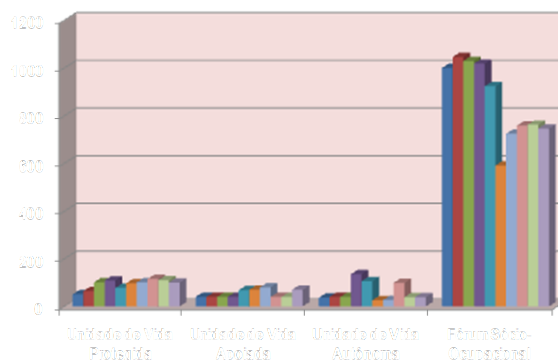
Ao nível das respostas sociais não se observam no ano de 2009 alterações, tendo-se mantido estável o número de valências em relação ao ano anterior.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente 2000 – 2009



Quanto à capacidade instalada, observam-se ligeiras alterações quer de crescimento (Unidade de Vida Apoiada), quer de decréscimo nas restantes respostas, em virtude da reformulação ou ajustamento de algumas unidades.

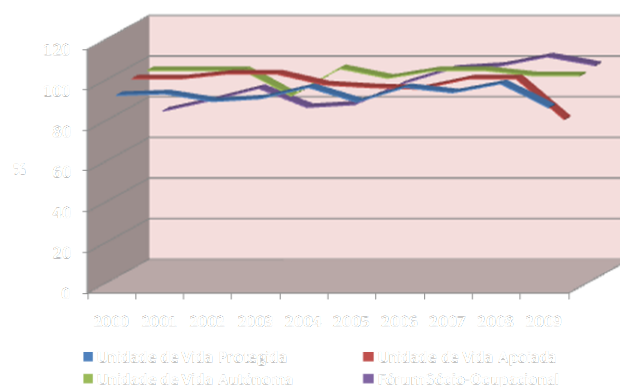
Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente 2000 – 2009



Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 2000 – 2009

A taxa de utilização destas respostas sociais tem atingido quase sempre valores que espelham a sobrelotação das mesmas, contudo no ano de 2009, o nível de utilização das respostas Unidade de Vida Apoiada (UVA) e Unidade de Vida Protegida (UVP) apresenta uma descida acentuada, em virtude do aumento da oferta no caso da UVA e da diminuição da procura no caso da UVP.

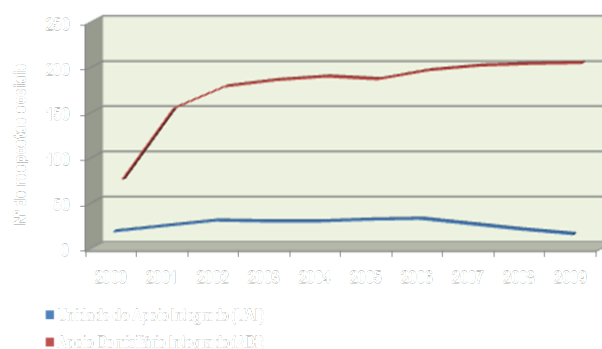
Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente 2000 – 2009



Pessoas em Situação de Dependência – Respostas sociais e capacidades, evolução 2000 – 2009

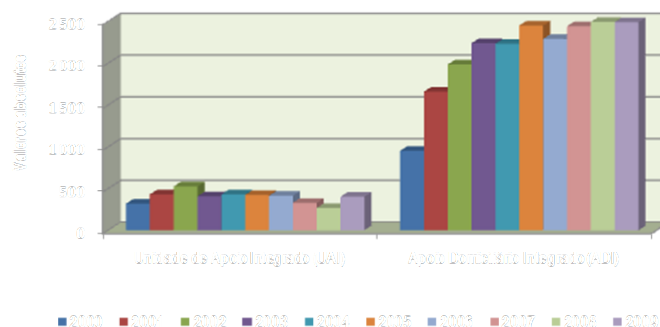
O Apoio Domiciliário Integrado (ADI) depois de um ritmo de crescimento elevado, parece caminhar para uma estabilização dos seus valores, ao passo que as Unidades de Apoio Integrado (UAI) apresentam desde 2007 um ligeiro decréscimo, possivelmente em resultado da sua reformulação em unidades da nova Rede Nacional de Cuidados Continuados.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência, Continente 2000 – 2009



Ao nível da capacidade instalada destas respostas sociais, o seu crescimento ao longo do período de análise tem acompanhado o desenvolvimento das respostas sociais. O Apoio Domiciliário Integrado (ADI) apresenta a maior taxa de crescimento em termos de número de lugares, situando-se em 2009 em 162 %, por referência ao ano 2000.

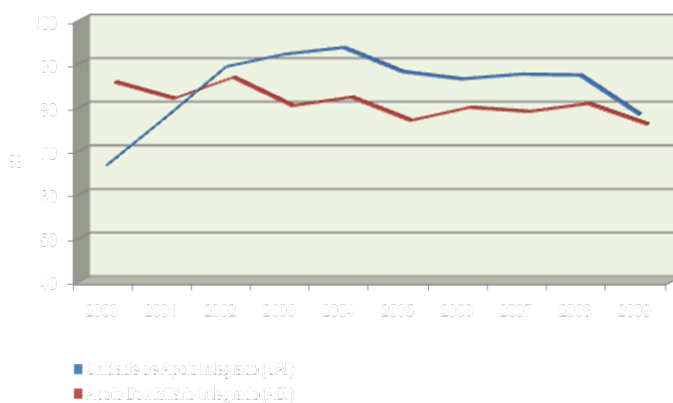
Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência, Continente 2000 – 2009



Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 2000 – 2009

A taxa de utilização das respostas sociais para esta população-alvo tem mantido alguma inconstância ao longo do período, verificando-se em 2009 um abaixamento em relação ao ano anterior, registando a UAI 78,6% e o ADI 75,4% no que respeita a ocupação dos lugares das respostas.

Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência, Continente 2000 – 2009



4 - Despesas de investimento e de funcionamento em serviços e equipamentos sociais:

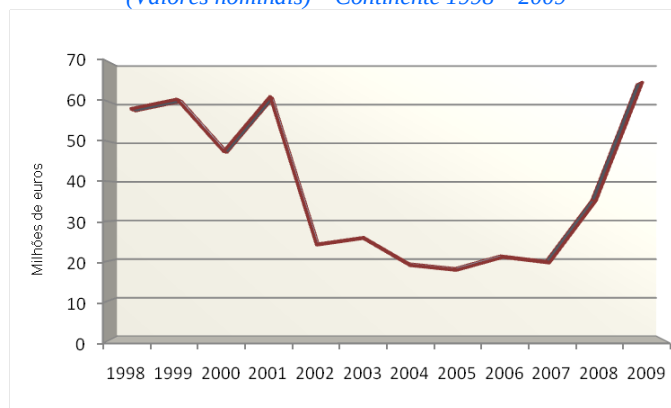
O esforço público

4.1 - Investimentos

Total dos Investimentos, evolução 1998 – 2009

Pela análise do gráfico verifica-se que o investimento em serviços e equipamentos sociais tem sofrido algumas alterações ao longo do período. Desde 2002 que a despesa com o investimento apresentou uma certa diminuição. No entanto, a partir de 2007, começa-se a verificar um crescimento do investimento devido à política pública de alargamento da Rede de Serviços e Equipamentos, tendo por base novos programas de investimento em equipamentos sociais, como o PARES, reforçando o valor do financiamento global, permitindo o aumento da capacidade instalada e da melhoria da qualidade das respostas já existentes, contribuindo assim para a promoção dos níveis de protecção social em matéria de serviços e equipamentos sociais destinados fundamentalmente às crianças, às pessoas com deficiência e à população idosa.

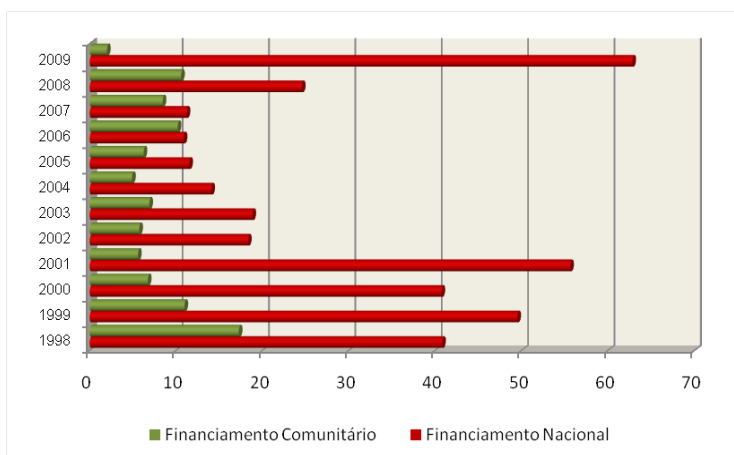
*Evolução do investimento em serviços e equipamentos sociais
(Valores nominais) – Continente 1998 – 2009*



*Fonte: GEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC
Informação disponibilizada pelo MTSS*

O gráfico representa o investimento por fontes de financiamento, verificando-se que o valor da componente nacional tem sido sempre superior ao valor do investimento assegurado pela componente comunitária, com especial realce nos dois últimos anos em resultado da política de investimento atrás referida.

*Evolução do investimento em serviços e equipamentos sociais, por fontes de
financiamento (valores nominais) – Continente 1998 – 2009*



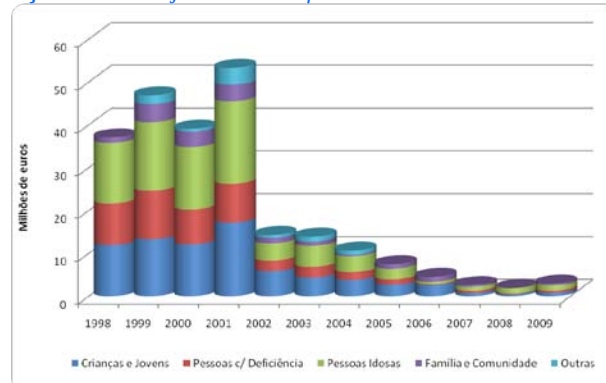
*Fonte: GEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC
Informação disponibilizada pelo MTSS*

Investimentos por população-alvo, evolução 1998 – 2009

A despesa com o investimento suportado no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) não se encontra representada no gráfico seguinte, constando apenas o financiamento de projectos não co-financiados, os quais a partir do ano de 2002, têm registado um decréscimo acentuado no valor das dotações devido à necessidade de redução do défice orçamental.

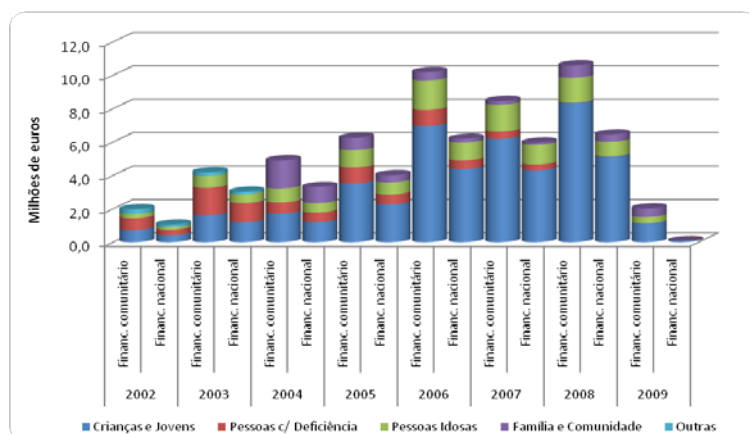
Em 2009, verifica-se uma diminuição da execução do investimento nos projectos co-financiados, incidindo o maior peso sobre as respostas dirigidas às crianças e jovens.

Financiamento para investimento – evolução do investimento segundo a população-alvo – Projectos não co-financiados - Continente 1998 – 2009



Fonte: GEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC

Financiamento para investimento – evolução do investimento segundo a população-alvo – Projectos co-financiados- QCA III (POEFDS e PORLVT) Continente 1998 – 2009



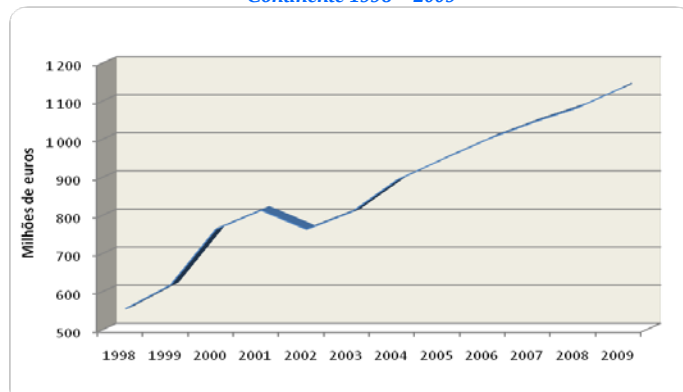
Fonte: GEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC

4.2 - Despesas de funcionamento

Despesa de funcionamento, evolução 1998 – 2009

A despesa com o funcionamento da Rede é assegurada, fundamentalmente, no caso da rede solidária, pelos acordos de cooperação celebrados entre o Estado e as instituições de solidariedade social, pela comparticipação do utente ou respectiva família e pelas receitas próprias das instituições.

Evolução da despesa com os acordos de cooperação Continente 1998 – 2009



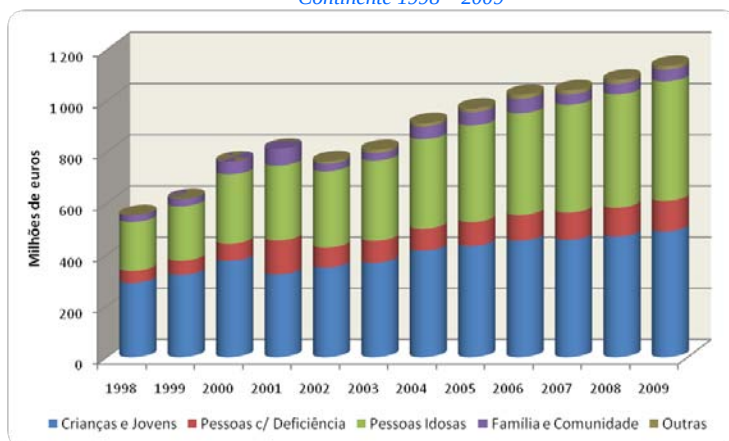
Fonte: IGFSS, Conta da Segurança Social – Despesa com Sistema de Acção Social

Ao longo do período de análise, o crescimento da despesa com os acordos de cooperação tem sido significativo, quer pela actualização anual dos valores de comparticipação da Segurança Social por utente, quer pelo alargamento do número de utentes abrangidos pelos acordos. Por comparação a 1998, a despesa em 2009 teve um aumento de 105 %, e em relação ao ano anterior o encargo foi superior em 4,9 %, o que reflecte o esforço orçamental continuado, ao nível do aumento do valor unitário da comparticipação da Segurança Social como no alargamento a um maior número de utentes da Rede.

Despesas de funcionamento por população-alvo, evolução 1998 – 2009

À semelhança dos anos anteriores, os encargos com as respostas dirigidas às Crianças e Jovens e às Pessoas Idosas constituem o maior peso da despesa total, 43,2 % e 41 % respectivamente. As respostas dirigidas às Pessoas com Deficiência têm mostrado também um crescimento da despesa nos últimos anos, representando em 2009, 10,4 % do total.

*Evolução da despesa de funcionamento por população-alvo
Continente 1998 – 2009*



Fonte: IGFSS, Conta da Segurança Social – Despesa com Sistema de Acção Social

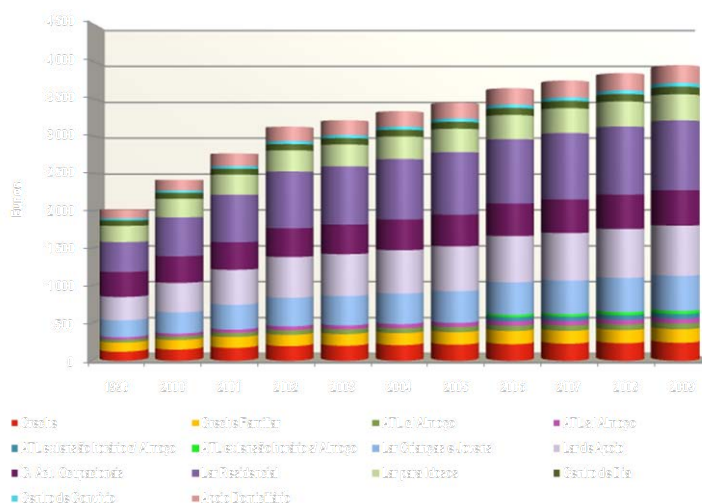
Em “Outras” foram consideradas as despesas com as Pessoas Toxicodependentes, Pessoas infectadas com VIH/SIDA, Saúde Mental e Pessoas em situação de Dependência, representando no seu conjunto cerca de 1,3 % do peso relativo dos encargos.

É de referir, que o total da despesa com a Rede de Serviços e Equipamentos é superior ao representado no gráfico por não incluir o encargo com o funcionamento dos estabelecimentos integrados.

*Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação, evolução
1998 – 2009*

Para o ano de 2009, o valor da comparticipação financeira da Segurança Social para os acordos de cooperação no que se refere às respostas sociais abrangidas pelo Protocolo de Cooperação foi actualizado em 2,6 % sobre os valores praticados no ano anterior, correspondendo ao valor da inflação, em cumprimento do nº 3 da Cláusula I do Protocolo de Cooperação de 2006.

Evolução da comparticipação da Segurança Social às instituições por resposta social e utente – 1998-2009



Fonte: Protocolos de Cooperação

As respostas sociais dirigidas às Pessoas com Deficiência (Lar Residencial, Lar de Apoio e Centro de Actividades Ocupacionais) são as que têm apresentado as participações mais elevadas por utente ao longo dos anos de análise, seguindo-se o Lar de Infância e Juventude dirigido a Crianças e Jovens em Situação de Risco.

4.3 – Despesas com investimento e funcionamento da Rede de Serviços e Equipamentos

A análise das despesas com a Rede de Serviços e Equipamentos, nas componentes de investimento e de funcionamento, consideradas anteriormente, comprova um crescimento continuado ao longo dos anos.

A despesa de funcionamento apresenta o maior peso percentual no conjunto das duas componentes, registrando uma tendência de crescimento.

*Evolução do financiamento para investimento e funcionamento
em serviços e equipamentos sociais
Continente 1998 – 2009*



Fonte: GEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC
IGFSS, Conta da Segurança Social – Despesa
com Sistema de Ação Social
Informação disponibilizada pelo MTSS

ANEXOS

NOMENCLATURAS E CONCEITOS

Nomenclaturas e Conceitos

(Despacho de Aprovação do Secretário de Estado da Segurança Social, exarado em 2006/01/19)

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Crianças e Jovens

AMA

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha recta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

CRECHE FAMILIAR

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por um conjunto de amas (não inferior a 12 nem superior a 20), que residam na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Distritais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social com actividades no âmbito das 1ª e 2ª infâncias.

CRECHE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à família.

CENTRO DE ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – CATL

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona actividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de actividades específicas e multi-actividades, podendo desenvolver, complementarmente, actividades de apoio à família.

Crianças e Jovens com Deficiência

INTERVENÇÃO PRECOCE

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social.

LAR DE APOIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza colectiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Crianças e Jovens em Situação de Perigo

CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

EQUIPA DE RUA DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sócio-familiar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e protecção, visando a sua integração em meio familiar.

CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.

LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.

APARTAMENTO DE AUTONOMIZAÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento - apartamento inserido na comunidade local - destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.

POPULAÇÃO ADULTA

Pessoas Idosas

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

CENTRO DE CONVÍVIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa das pessoas idosas de uma comunidade.

CENTRO DE DIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuam para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar.

CENTRO DE NOITE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento nocturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS IDOSAS

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas quando, por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

RESIDÊNCIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, constituída por um conjunto de apartamentos com espaços e/ou serviços de utilização comum, para pessoas idosas, ou outras, com autonomia total ou parcial.

LAR DE IDOSOS

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

Pessoas Adultas com Deficiência

CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, organizada em espaço polivalente, destinado a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como actividades de animação sociocultural.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS – CAO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas com deficiência, a partir da idade adulta.

LAR RESIDENCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, de natureza colectiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Pessoas em Situação de Dependência

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO – ADI

Resposta que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

UNIDADE DE APOIO INTEGRADO – UAI

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

FORUM SÓCIO-OCUPACIONAL

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sócio-familiar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.

UNIDADE DE VIDA PROTEGIDA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica clinicamente estável e que necessitam de treino de autonomia.

UNIDADE DE VIDA AUTÓNOMA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, mas com capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou em emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

UNIDADE DE VIDA APOIADA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e factores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as actividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

Pessoas Sem-Abrigo

EQUIPA DE RUA PARA PESSOAS SEM-ABRIGO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida.

ATELIER OCUPACIONAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de actividades integradas em programas “estruturados” que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou “flexíveis” onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.

FAMÍLIA E COMUNIDADE

Família e Comunidade em Geral

ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO SOCIAL

Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, actuar em situações de emergência.

GRUPO DE AUTO-AJUDA

Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para inter-ajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação.

CENTRO COMUNITÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido.

CENTRO DE FÉRIAS E DE LAZER

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

REFEITÓRIO/CANTINA SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

CENTRO DE APOIO À VIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

COMUNIDADE DE INSERÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de acções integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados factores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.

CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO – CAT

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

AJUDA ALIMENTAR

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

Pessoas com VIH/Sida e Suas Famílias

CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL – CAAP

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas infectadas e/ou doentes de VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

RESIDÊNCIA PARA PESSOAS INFECTADAS PELO VIH/SIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas infectadas e/ou doentes de HIV, em ruptura familiar e desfavorecimento socioeconómico.

Pessoas Toxicodependentes

EQUIPA DE INTERVENÇÃO DIRECTA

Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodependente e suas famílias e junto de comunidades afectadas por este fenómeno.

APARTAMENTO DE REINserÇÃO SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste em acolher, temporariamente, pessoas toxicodependentes, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

Pessoas Vítimas de Violência Doméstica

CENTRO DE ATENDIMENTO

Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por uma ou mais equipas técnica e pluridisciplinares, que assegura o atendimento, apoio e reencaminhamento das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a protecção destas.

CASA DE ABRIGO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

GRUPO FECHADO DE RESPOSTAS PONTUAIS

APOIO DOMICILIÁRIO PARA GUARDA DE CRIANÇAS

Serviço prestado por pessoas enquadradas por uma instituição que, por conta própria, mediante pagamento pecuniário, se deslocam ao domicílio para prestação de cuidados individuais a crianças, durante um determinado período de tempo, fora dos horários dos equipamentos tradicionais e de acordo com as necessidades da família.

APOIO EM REGIME AMBULATORIO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço/equipamento, destinada ao apoio de pessoas com deficiência, a partir dos 7 anos, suas famílias e técnicos da comunidade, que desenvolve actividades de avaliação orientação e intervenção terapêutica e socioeducativa promovidas por equipas transdisciplinares.

IMPrensa BRAILLE

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às actividades de natureza cultural e recreativa.

ESCOLA DE CÃES-GUIA

Equipamento onde se desenvolvem actividades de formação, educação e treino de cães-guia para apoio à pessoa cega.